

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar e entender as mudanças na maneira de consumir e as alterações na cultura social, e em que isso afeta a questão da cidadania, analisando também a questão do consumo como uniformização ou diversidade e os aspectos entre o global e o local.

Homens e mulheres fazem um questionamento com relação ao que se passa com os cidadãos, como por exemplo: Que lugar pertencço? Que direitos isso me dá? Como me informar? Quem representa meus interesses? Ou seja, todos estes questionamentos vão ao encontro justamente do papel de cidadão e de sua importância no contexto social.

Diante do mundo pós-moderno e da avalanche cultural para fins consumistas tudo que se têm notícia é do crescente volume de pessoas que vivem para satisfazer o consumo, sendo que a premissa latente nos dias atuais é a do ter e não do ser.

Tendo em vista esses critérios, o artigo visa verificar as questões inerentes a ideia atual de consumo, uma vez que os aspectos culturais e identitários como a análise do global e do local, o que atinge certamente a questão da cidadania.

Para esse estudo utilizou o método de pesquisa o dedutivo, uma vez que parte de uma premissa maior para se atingir um objetivo, e como técnica de procedimento, a monográfica, concentrando-se a consulta em elementos doutrinários.

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE CONSUMO E CULTURA

O que ocorre atualmente é que homens e mulheres recebem respostas mais significativas do consumo privado de bens e meios de comunicação de massa do que das regras de democracia e da participação dos espaços públicos, ao passo que nos sentimos mais voltados as importâncias do consumo do que com os compromissos e convocações de cidadão.

As mudanças no mundo, na sociedade em si, deram-se de tal forma que atualmente o significado de certas expressões variam tanto que não há mais sentido específico ou até mesmo não há literalmente mais sentido, como por exemplo, cita-se a expressão tratada no século XX que era: “*ninguém está satisfeito com o que tem.*” E menciona que esta expressão, ao mesmo tempo representa muitas ideias, como os itens de conforto a vida do cotidiano

como luz elétrica, telefone, perguntas e enfrentamentos feitos por filhos que chegam desafiando os pais, tendo em vista as inovações.

Para Canclini (1999, p.39) as mudanças demonstram que “as lutas de gerações a respeito do necessário e do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença”.

A questão do mundo humano ou mundo social é sempre significativo, ao contrário da natureza que é mera exterioridade, apresenta-se a ideia comparativa entre a cultura e a natureza, a qual se aponta: “Contrariamente à cultura, a natureza é o reino daquilo, que brota e se desenvolve por si próprio, ou seja, propriamente, evolui. Ausente de valores é ausente de significação, isto é, terá apenas a significação que emprestarmos a ela, mas que, evidentemente, ela própria não se dá.”.(LIMA, VARELLA, 2008, p. 92).

Em dado momento a questão de pensar o mundo pelas suas diferentes formas de viver, dá-se ênfase a ideia de diferença e de reconhecimento do outro, efetivamente está sendo dificultado pela forma como o meio globalizado está se posicionando, no sentido de diferenciação das pessoas através do consumo, preocupando-se com aquilo que se tem e não com aquilo que o cidadão reflete pessoalmente.

Atualmente, as identidades configuram-se no consumo, sendo que o valor identitário está no que se tem, no que se possui ou no que se pretende possuir. As identidades culturais tornam-se instáveis, uma vez que se fixam em bens que muitas vezes são exclusivos de uma comunidade. Esta aí demonstrada a perda de sentido da frase explicitada anteriormente, tendo em vista que atualmente não sabemos o que é bastante, o que é próprio.

Em meio ao mundo pós-moderno e global é difícil falar em próprio ou alheio, quando qualquer bem possui a maioria de suas peças feitas em várias partes do mundo. Ocorre que não se pode mais falar em bem próprio ou nacional, pois os objetos perdem sua relação com os territórios originários.

A cultura torna-se “um processo de montagem multifuncional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão em qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar.” (CANCLINI, 1999, p.41)

Antigamente, havia leis que protegiam o que se produzia no país, agora não há mais limites, sendo que o que se produz no mundo todo está em todo o lugar, dificultando decifrar o que é o próprio.

Aqui cabe salientar uma diferença importante entre internacionalização que foi uma abertura das fronteiras geográficas para incorporar bens materiais e simbólicos de outras nações, já a globalização procura fazer uma interação das atividades econômicas e culturais, sendo que o mais importante é a velocidade com que se pode percorrer o mundo do que com as posições geográficas.

Nesse sentido, percebe-se que o cidadão está a sofrer profundas mutações e que está sendo submetido diante do mundo contemporâneo e em virtude do seu impacto transformador da globalização. Dessa forma, apresenta-se um espectro de questões desconhecidas que fazem com que o conceito de cidadania entre em crise, principalmente em relação à questão da identidade do sujeito e que junto com a questão do consumo abrangem também a questão do reconhecimento.

O reconhecimento entra em evidência junto a este conceito, tendo em vista que na medida em que os aspectos da globalização influenciam e determinam os moldes a que deve se adequar o consumo, a cultura e a identidade entram em colapso e o reconhecimento do outro torna-se evidentemente complicado na medida em que apenas há reconhecimento daqueles que podem consumir de forma abundante e que “têm” possibilidades de se firmar na sociedade do consumo.

Oportuno ainda mencionar que Taylor (2000, p.93) compreende que a exigência do reconhecimento se baseia na relação entre reconhecimento e identidade, na qual a identidade individual se estabelece pelo sentido definidor atribuído à própria pessoa de suas características como ser humano.

Supõe que nossa identidade se define e se molda através do reconhecimento ou por sua falta. Para o autor, o reconhecimento pode ocorrer de duas formas, a saber, como um reconhecimento legítimo, que valorizamos como sendo aquele que merecemos ou como ilegítimo, que não aceitamos como definidor de nossa verdadeira identidade.

O reconhecimento legítimo ou ilegítimo inclui a interpretação de nossa identidade advinda de outras pessoas, ou seja, pela importância que os outros “significantes” nos atribuem, levando a crença de que o reconhecimento devido é uma necessidade humana vital.

O reconhecimento apresenta-se em dois campos específicos, a saber, pela proteção dos direitos básicos dos indivíduos enquanto seres humanos e no reconhecimento das necessidades particulares dos indivíduos que são membros de grupos culturais específicos. O pleno reconhecimento dos indivíduos como cidadãos iguais envolve perceber duas formas de respeito: 1) o respeito à identidade única de cada indivíduo, qualquer que seja seu sexo, “raça” ou etnia; 2) o respeito às atividades, às práticas e aos modos de ver o mundo que são objeto de uma valorização singular inseparáveis dos grupos em desvantagem (TAYLOR, 2000, p.102).

Com a globalização e o mercado de consumo as manifestações culturais acabam por se transformar em um consumo incessante, altamente renovado, com ênfase na ideia de surpresa e de divertimento, fazendo com que a sociedade seja seduzida com símbolos e tecnologias que acabam por acarretar o endividamento, provocando o entusiasmo da compra e logo o esquecimento.

Quando se define os bens que nos são interessantes consideramos estes valiosos, na medida em que nos diferenciamos na sociedade, assim, ser cidadão não está mais ligado aos direitos reconhecidos pelo Estado, mas também com as práticas culturais e sociais que fazem deste uma parte intrigante do meio, fazendo com que o indivíduo/cidadão seja aquele que se sinta diferente em meio ao mesmo grupo.(CANCLINI, 1999, p.46)

Há que se pensar a cidadania em consonância com o consumo, pois esta encontra-se fragmentada. Com relação ao deslocamento do conceito de cidadania, Canclini (1999, p.50) entende que não foram as revoluções sociais que mudaram o desenvolvimento público e o

exercício da cidadania, mas os meios eletrônicos deslocando as massas populares para uma cidadania relacionada às práticas de consumo.

2. O NOVO CENÁRIO SOCIOCULTURAL

As mudanças socioculturais abaladas pela globalização e consumo acabam proporcionando alguns processos, como a perda de espaço de órgãos locais e nacionais para conglomerados transnacionais.

Como segundo processo, está aquele que evidencia mudanças nos padrões de assentamento urbano, como mudanças nos hábitos de vida como do bairro aos condomínios. O terceiro processo é a reelaboração do próprio, devido ao predomínio de bens globalizados em relação aos da nação a que o sujeito pertence. O quarto processo é a redefinição de pertencer e de ter uma identidade. Deixando-se de lado o local, o nacional, para dar atenção ao transnacional e as redes de consumidores (jovens em torno do rock) (CANCLINI, 1999, p.57).

O processo de mudança do cidadão, que passa de representante da visão pública para interessado em ter uma certa qualidade de vida, como desfrutar de espetáculos ou exposições que não apontam nenhuma reflexão.

O acesso aos bens materiais e simbólicos não caminham juntos ao entendimento de uma cidadania global e de exercício pleno devido ao fato, da globalização causar o ressurgimento de etnocentrismos fundamentais que isolam povos inteiros ou levam estes a se confrontarem, este fenômeno ocorre basicamente em países periféricos ou metrópoles, onde esta mesma globalização exclui pessoas do direito à garantia de direitos humanos básicos como: trabalho, saúde, educação, moradia.

As modernidades e as novidades acabam aparecendo para as maiorias apenas como um objeto de consumo, o direito de ser cidadão, de decidir, onde os bens serão produzidos, distribuídos e utilizados, acaba se restringindo às elites, aos grupos minoritários e detentores de alto poder econômico.

Cabe a cada cidadão refletir se ao consumir estes bens, não está a nutrir e sustentar um novo conceito de ser cidadão. Por isso, como explicar o velho chavão “Se este não é o povo, onde está o povo?”.

Canclini (1999, p.56) comenta, a respeito desta nova visão de ser cidadão, na medida em que a maioria das pessoas não dá mais importância ao voto, as questões partidárias, aos discursos que de certa forma envolvem a sua vida diante do Estado.

Ocorre então, a troca de termos, de povo para a terminologia sociedade civil, no final do século XX. Isto porque a fórmula sociedade civil tem a vantagem, às vezes, de distinguir seus porta-vozes do Estado, mas a variedade de seus representantes, o caráter amiúde antagônico de suas reivindicações e a adesão quase sempre minoritária que os sustenta reproduzem os problemas que a conceitualização do popular deixara sem solução.

Dessa forma, o conceito de cidadania está sendo redefinido, por Julios Campuzano (2008, p.45) quem sabe pelo fato de que o modelo sobre o qual havia se concretizado tornou-se anacrônico, sendo que as fórmulas abstratas e as estruturas centralizadas de poder ficaram para trás, já não servem, uma vez que a cidadania passiva é deixada de lado, para que o cidadão reivindique o seu reconhecimento, no caso pelo consumo.

Assim, uma concepção democrática de cidadania se dá com a aproximação desta, da comunicação de massa e do consumo, tem entre outros fins, de reconhecer os novos cenários de constituição do público e que para se conviver em sociedades democráticas tem-se que haver a admissão de opiniões, “lembrar que nós, cidadãos também somos consumidores leva a descobrir na diversificação dos gostos uma das bases estéticas que justificam a concepção democrática da cidadania.” (CANCLINI; p.58).

Há que se reconhecer o deslocamento dos cenários de exercício da cidadania, do povo para a sociedade civil, e a reestruturação o local, do nacional e do global, sendo que outros tipos de políticas culturais e o modo de exercê-las.

O processo estudado de globalização resume-se a passagem das identidades modernas para as identidades pós-modernas, sendo que as identidades modernas eram dadas como territoriais e quase sempre monolíngüísticas e centrados dentro do espaço da nação.

Já as identidades pós-modernas caracterizam-se como transterritoriais e multilíngüísticas, estruturam-se pela lógica do mercado, operam-se pela produção industrial de cultura, comunicação tecnológica e consumo de bens.

O importante neste ponto é saber que tipo de cidadania pode-se pensar para este novo modelo de identidade, sendo que no primeiro modelo de identidade o cidadão está estabilizado na sua cidade enraizado em sua cultura local.

A cultura reconstrói-se tendo como referência também as culturas transnacionais, tendo em vista que até mesmo os passaportes se tornaram transnacionais.

Importante salientar também a questão da passagem do nacional para o global e do público para o privado, e de uma certa perda de identidade, sendo que estes fenômenos apontam quatro circuitos socioculturais em que a transnacionalização e as integrações regionais, conforme entendimento de Canclini (1999, p.61), referindo primeiramente o circuito histórico-territorial que constitui um conjunto de experiências organizados ao longo de várias épocas e que se manifestam em patrimônios históricos e cultura popular tradicional. Também existe a cultura das elites constituída pela cultura escrita e visual, como a literatura e artes plásticas. Já o circuito da comunicação de massa caracteriza-se pelos grandes espetáculos de entretenimento, como televisão, rádio. E por fim, o circuito dos sistemas restritos de informação e comunicação, que se constituem de telefones, computadores, celulares.

Ainda, o autor Canclini comenta sobre estes circuitos:

A competência dos Estados nacionais e de suas políticas culturais diminui à medida que transitamos do primeiro ao último circuito. Inversamente, os estudos sobre consumo cultural mostram que quanto mais jovens são os habitantes mais seus comportamentos dependem antes dos últimos circuitos do que dos primeiros. (CANCLINI, 1999, p.56).

As indústrias culturais se ocupam de homogeneizar e simplificar as diferenças e as comunicações eletrônicas, as migrações e a globalização dos mercados complicam mais do que em qualquer outro tempo a coexistência dos povos e assim se verifica que a conexão entre o consumo e cidadania não são redutíveis à coerência dos paradigmas ou da sociologia política.

3. A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E CIDADANIA NA VISÃO DE STUART HALL

Conceituar globalização, segundo Kadri e Espolado (2017) não é tarefa das mais fáceis, tendo em vista que este fenômeno, além de não ser atual, pode apresentar diversas definições, dependendo do enfoque a ser observado. Verifica-se que o fenômeno da globalização remonta desde a antiguidade sempre relacionada com as viagens em busca de novos mercados, em regiões longínquas, bem como a busca de novos domínios.

As práticas mercantis de povos antigos e atuais podem ser relacionadas ao fenômeno da globalização, hodiernamente denominado e amplamente difundido. Desta feita, todos os meios de facilitação de comunicação entre povos e nações a fim de fomentarem práticas comerciais, trocas de informações, mercadorias e conhecimento, já podiam ser notados como início do que hoje se denomina globalização. (KADRI e ESPOLADO, 2017).

Globalização é o destino irremediável do mundo: causa de felicidade para alguns e infelicidade para outros, estamos todos sendo globalizados. A globalização tanto divide, quanto une (BAUMAN, 1999).

Primeiramente deve-se entender que globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa “aldeia-global”, explorada pelas grandes corporações internacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação – telefones, computadores e televisão. As fontes de

informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Isso faz com que os desdobramentos da globalização ultrapassem os limites da economia e comecem a provocar uma certa homogeneização cultural entre os países.(STEFANO e OLIVEIRA, 2000).

Pode-se dizer que a globalização é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais por todos os territórios do planeta.

A globalização por sua vez é o processo de conexão que viabiliza este processo expansivo e integrativo a nível universal em diversas esferas, como a econômica, a política e a cultural. Processo este ao qual estamos intensamente expostos devido aos incessantes e positivos aprimoramentos nas comunicações que convencem a sociedade dos benefícios da globalização e dos resultados que esta apresenta para a questão da integração e do desenvolvimento dos indivíduos, benefícios estes que sustentam a “globalização como fábula” assim como nos fazem crer. (SANTOS, 2000)

As identidades nacionais estão se desintegrando devido ao crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global. Estas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.

Da mesma forma, as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades híbridas surgem, sendo que quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas, de tempos lugares, histórias e tradições que parecem flutuar livremente (HALL: 2005, p.76/77).

No interior do discurso do consumismo global, tem-se que as diferenças e também as distinções culturais, definiam a identidade, mas atualmente ficam reduzidas a uma espécie de língua mínima internacional ou também vista como moeda global, em termos das quais todas

as radiações específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas, sendo conhecido este fenômeno de homogeneização cultural (DUZZO, 2017).

Ao lado da tendência de homogeneização global, há também uma fascinação pela diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade, sendo que há tanto o impacto do global, bem como surge também um novo interesse pelo local, podendo ocorrer o surgimento de novas identidades globais e locais, o que atrai ainda mais a complexidade para os meios sociais multiculturais.

As pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na mensagem do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os bens e onde as chances de sobrevivência são maiores. Na era das comunicações globais, o ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea.

A globalização não parece estar produzindo nem um triunfo do global nem a persistência do local. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes (HALL, 2005, p.97).

4. ASPECTOS ACERCA DA CIDADANIA

O modelo de cidadania está em crise, uma vez que os impactos da globalização alcançaram a cidadania democrática em sua legitimação e integração social, no sentido de *status* legal igualitário de direitos e deveres dos membros das comunidades política frente ao poder político e, simultaneamente, como identidade coletiva baseada em pertencer à comunidade nacional de origem e destino (HALL: 2005, p.78).

Dado ao fenômeno da globalização e conseqüentemente do consumo as mudanças dadas em âmbito da cidadania constata-se como um esvaziamento do Estado que carece de respostas consistentes aos problemas quando o fenômeno global transcende suas fronteiras, como os problemas de âmbito ambiental e até mesmo de consumo, integralmente ligados a cidadania.

Esses problemas devem ser observados no âmbito estatal como problemas de massa e que geram a necessidade de sua observância diante dos problemas sociais que atingem a noção e a concretização de que surgem, bem como necessária busca pela ampliação da questão da cidadania.

Importante é a concepção trazida a respeito da questão da cidadania que deve a partir da globalização também ser tratada como uma cidadania planetária, neste sentido tem-se que a concepção de cidadania planetária constituída pela ação intermediária dos órgãos não-governamentais, portanto, dos movimentos sociais organizados, daria os rumos da esfera pública global, no sentido de superar as estruturas ideologizadas, capitalistas, estatais e tecnocráticas. Estaria sistematizando ações no sentido de construir uma representação coletiva e continuada, superadora da ideia universalista religiosa, cosmopolita liberal ou socialista internacional.

A cidadania global está repousada na ideia de sustentabilidade, fundada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, em escala planetária. Com raízes locais e consciência global, sendo que importa garantir esta cidadania mundial, no sentido de construir uma esfera transnacional repleta de valores da democracia capazes de garantir os direitos globais dos cidadãos.

A cidadania global não é um enfoque novo, muito pelo contrário, ela é uma necessidade da comunicação global percebida através das contradições e das ignorâncias de um mundo fechado, que, quando se abre, transforma os cidadãos dentro dele.

A cidadania global pode remeter à ideia de um “cidadão cosmopolita”, que dispõe de fácil acesso a diversas culturas e que teve a chance de se relacionar e interagir com estrangeiros e suas respectivas culturas, sendo mais que um turista eventual, tornando-se um viajante progressivo. Este senso comum típico do imaginário brasileiro torna a cidadania global um status que muitas vezes se resume à realidade das classes mais ricas e branca, que possuem renda para tais lazeres e a oportunidade de desenvolver a competência linguística necessária para tal (Madzer, 2014). Mas ainda que vagarosamente, muito desta concepção tem se transformado; através de iniciativas de organizações não-governamentais que objetivam a

promoção da cidadania global nas comunidades brasileiras onde os cidadãos podem provar a amplitude de sua cidadania sendo inseridos em projetos que visam ao exercício da cidadania global e da democracia através da educação.

Assim, tal importância deve ser abarcada por todo o Estado no sentido de concretizar a cidadania seja respeitando os seus enfoques locais sejam os enfoques globais, no sentido de através de seus meios atribuir para concretização aos direitos dos cidadãos que advêm justamente desta cidadania planetária.

CONCLUSÃO

O mundo está em constante mudança de paradigmas, hoje há uma desintegração do local, pendendo para o global, uma mudança que desvirtua muito da cultura e identidade de cada comunidade.

Entretanto, na medida em que isso ocorre o local também começa a apontar mudanças, tendentes a proteção das culturas locais, ocorrendo uma resistência à globalização, bem como a homogeneização da cultura.

O favorecimento ao consumo, o encurtamento das distâncias pela mídia, tecnologia e sistemas de informação, acabam desvinculando as identidades existentes e as que mais sofrem com esse fenômeno são as de ordem minoritárias, uma vez que as culturas em massa acabam tomando conta do espaço social.

As pessoas em todo o mundo criam a cada dia um sentimento de que somente são felizes ou possam vir a ser se consumirem, se tiverem mais do que o seu próximo, isso acaba por causar uma certa preocupação, na medida em que não se tem dimensão de onde tais situações possam atingir seus extremos e as consequências de tais atos, diante da ideia avassaladora do ter e não do ser.

Entre tantas abordagens evidenciadas percebe-se que o reconhecimento entra em evidência e junto com este vem também os aspectos da globalização que influenciam e determinam os aspectos e moldes a que deve se adequar o consumo.

A cultura e a identidade entram em conflito e o reconhecimento do outro torna-se evidentemente complicado na medida em que apenas há reconhecimento daqueles que podem consumir de forma abundante e desta forma, demonstram ter possibilidades de se firmar na sociedade do consumo e garantir seu espaço dentro do que se amolda atualmente como cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Margarida; PREUSS, Elena. **Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue**. Goiânia: Acta Scientiarum, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERCHOLC, Jorge O., Editor-Director del libro "**El Estado y la globalización**", Editorial Ediar, Buenos Aires, julio 2008.

_____, **Temas de Teoría del Estado**, Buenos Aires, La Ley, 2014, Buenos Aires.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BENEVIDES, M. V. de M. **Cidadania e Democracia**. *Lua Nova*, São Paulo, n.33,1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos conflitos multiculturais da globalização**. 4. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. Vol 2. Paz e Terra.

CICCO, C. Kant e o Estado de Direito: o problema do fundamento da cidadania. In: DOWBOR, L. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *In: FREITAS, M. C. A Reinvenção do Futuro*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1996.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DUZZO, Flávia de Lima. **O debate crítico gerado pela produção dos anos 80**. Na visão de Bonito Oliva e Suzi Gablick. Disponível em: <http://www.casthalia.com.br/periscope/flaviaduzzo/odebatecritico80.htm>. Acesso em: ago. 2017.

GIORGI, B. D., CAMPILONGO, C. F., PIOVESAN, F. **Direito, Cidadania e Justiça: ensaios sobre lógica, interpretação, teoria, sociologia e filosofia jurídicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes. 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JULIOS-CAMPUZANO, Afonso de. **Os desafios da globalização: modernidade, cidadania e direitos humanos**, tradução Clóvis Gorczewski, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KADRI, Nádia Mahmoud Safade; ESPOLADO, Rita de Cássia Resquetti. **Globalização, consumo e superendividamento**. Disponível em: www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=07a96b1f61097ccb. Acesso em 16 ago 2017.

LIMA, Roberto Kant; VARELLA, Alex. **Saber jurídico e direito à diferença no Brasil: Questões de teoria e método em uma perspectiva comparada**. In: LIMA, Roberto de Kant. *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NASCIMENTO, E. P. **Globalização e exclusão social: fenômeno de uma nova crise da modernidade?** In: Dowbor, L., Ianni, O., Resende, P. E. A., (organizadores). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, L. **Direitos Humanos e Cultura Política de Esquerda**. Lua Nova, n.27, 1992.

ORTIZ, Renato. **Mundialização, Cultura e Política**. In: Dowbor, L., Ianni, O., Resende, P. E. A., (organizadores). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua Nova, n.º39, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Grupo Editorial Records. 2000.

STEFANO, Caroline Tamara de, OLIVEIRA, Lígia de. **Globalização.** Disponível na rede desde novembro de 2000. Disponível em: http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v12010/artigos/a1_remc_cmds_et2010.pdf, Acesso em 05 ago 2017.

TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos.* São Paulo: Loyola, 2000.